XL Resseguros Brasil S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em 30 de junho de 2011

Confidencial (DC2)

pwc

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
XL Resseguros Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da XL Resseguros Brasil S.A. ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Resseguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Resseguradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers, Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, São Paulo, SP, Brasil 05001-903, Caixa Postal 61005
T: (11) 3674-2000, F: (11) 3674-2000, www.pwc.com/br

Confidencial (DC2)

XL Resseguros Brasil S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XL Resseguros Brasil S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 13 de setembro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

Confidencial (DC2)

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em atendimento às disposições regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, bem como as notas explicativas e parecer dos auditores independentes.

O Grupo

O Grupo XL Re atua no mercado brasileiro há mais de 10 anos. Reúne as condições ideais para se consolidar neste mercado, tendo em vista que o Grupo possui uma equipe de profissionais altamente capaz e experiente, um excelente relacionamento com o mercado local e uma reputação consolidada no que tange a excelência técnica e confiabilidade na prestação de serviços.

O Grupo decidiu inicialmente pela criação de uma resseguradora local, XL Resseguros Brasil S.A. ("XL Re Brasil"), com sede no Estado do Rio de Janeiro e filial no Estado de São Paulo, com objetivo de operar inicialmente nos ramos de *Property*, Responsabilidades, Riscos Financeiros e Transportes. Esta nova resseguradora é controlada pela XL Re Participações Ltda., *Holding* brasileira.

No quarto trimestre do ano anterior, a direção do grupo para a América Latina foi reformulada com a entrada de novos integrantes que culminou em uma reestruturação também na direção dos negócios no Brasil e, com isso, o grupo decidiu unificar seu escritório sede no estado de São Paulo, encerrando desta forma, o escritório no Rio de janeiro, a partir de julho do corrente ano.

Com o intuito de atender os requerimentos legais e societários, o Grupo XL Re possui um time de profissionais qualificados que atenderá todas as expectativas dos parceiros e clientes, adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos.

Investimento no Brasil

O capital inicial da nova resseguradora local é de R$ 106 milhões, acima do capital mínimo requerido pela SUSEP para início de suas operações. Ademais, um novo aporte de capital de R$ 100 milhões foi efetuado pela nossa casa Matriz em junho de 2009, onde tal investimento se encontra registrado na *Holding* brasileira e será transferido para a XL Re Brasil sempre e quando necessário para assunção de novos negócios e fortalecimento de sua posição financeira. Todavia, em 30 de junho de 2011, o capital social do grupo societário no Brasil montava a aproximadamente R$ 206 milhões, que demonstra a credibilidade do Grupo XL Re no mercado brasileiro.

A política de investimento terá como principal objetivo a preservação do capital e de um fluxo estável de receitas de investimentos por meio de investimento em carteira de títulos de renda fixa.

Finalmente, a administração considera que o investimento no mercado brasileiro, sua presença mundial, qualificação do seu quadro técnico e tecnologia de ponta, reflete-se na cultura do Grupo, que é altamente reconhecida pela sua governança corporativa, ética e sustentabilidade.

Confidencial (DC2)

Perspectiva

Com o advento da Lei Complementar nº 126/2007, o mercado ressegurador brasileiro se abriu a iniciativa privada, passando a atuar em mercado aberto. A extinção do monopólio que existia em nosso País igualou o mercado de resseguros brasileiro aos maiores mercados internacionais e, com isso, foi ganhando novos contornos ao longo desses últimos 3 anos. As vantagens com a abertura dessas operações no País refletirão, com o passar dos tempos, na consolidação de práticas e regras a serem adotadas e, por sua vez, a XL Re Brasil espera colaborar na construção de um mercado sólido e com excelência em suas atitudes empresariais.

Prêmios estimados

Para 30 de junho de 2011, a resseguradora auferiu R$ 47 milhões de prêmios estimados ao final desse semestre (R$ 68 milhões de prêmios estimados ao final do semestre em 2010), atuando nas linhas de negócios Patrimoniais (65%), Riscos Financeiros (6%), Transportes (11%), Responsabilidades (17%) e Outros (1 %).

Resultado financeiro e distribuição do resultado

Ao final do primeiro semestre de 2011, a XL Re Brasil apurou um resultado financeiro de R$ 9 milhões, em linha com suas expectativas.

De acordo com o estatuto da Resseguradora, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 10%, calculado sobre o lucro líquido ajustado, quando apurado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos às companhias seguradoras e corretores de resseguros, pela confiança e parceria criada, e aos nossos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e as demais autoridades deste segmento, pelo apoio e orientações na conquista de nossa aprovação para atuarmos como resseguradora local.

São Paulo, 8 de setembro de 2011

A Diretoria

Diretoria

Edson Wiggers
Presidente

Benildo de Araujo Costa
Diretor Financeiro

Confidencial (DC2)

Contador

Ronaldo Paschoal Mesquita
Contador CRC - SP 274212/O-5

Atuário

Alda R. B. Fassbender
MIBA 1674

Conselho de Administração

Túlio Hernan Moreno Torres
Presidente do Conselho de Administração

James Howell Veghte
Conselheiro

Mark Roger Twite
Conselheiro

Philippe Rochaix
Conselheiro

Confidencial (DC2)

Índice

Demonstrações financeiras
- Balanço patrimonial 3
- Demonstração do resultado 4
- Demonstração dos fluxos de caixa 5
- Conciliação do lucro líquido do período com fluxo de caixa 6
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
- 1 Contexto operacional 8
- 2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis 8
  - 2.1 Base de preparação 8
  - 2.2 Caixa e equivalentes de caixa 9
  - 2.3 Ativos financeiros 9
  - 2.4 Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*) 10
  - 2.5 Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos financeiros 11
  - 2.6 Avaliação de ativos de contratos de resseguro 11
  - 2.7 Custo de aquisição diferidos de contratos 11
  - 2.8 Ativo imobilizado de uso próprio 11
  - 2.9 Classificação de contratos de seguro/resseguro 12
  - 2.10 Avaliação de passivos originados de contratos de resseguro 12
  - 2.11 Passivos financeiros 13
  - 2.12 Benefícios a empregados 13
  - 2.13 Outras provisões, ativos e passivos contingentes 13
  - 2.14 Imposto de renda e contribuição social 14
  - 2.15 Apuração do resultado 14
- 3 Estimativas e julgamentos contábeis 15
  - 3.1 Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros 15
  - 3.2 Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros 15
- 4 Gestão de riscos originados de instrumentos financeiros e contratos de resseguros 15
  - 4.1 Gestão de risco de resseguro 15
  - 4.2 Gestão de riscos financeiros 18
- 5 Critérios adotados na determinação dos valores de mercado 19
- 6 Caixa e equivalentes de caixa 20
- 7 Instrumentos financeiros por categoria 20
- 8 Aplicações 21
  - 8.1 Resumo da classificação das aplicações financeiras 21
  - 8.2 Composição das aplicações financeiras por prazo e por título 22
  - 8.3 Taxa de juros contratadas 23
  - 8.4 Movimentação 23
- 9 Empréstimos e recebíveis 24
  - 9.1 Prêmios a receber 24
  - 9.2 Créditos das operações com seguros e resseguros 24
  - 9.3 Títulos e créditos a receber 24
- 10 Imposto de renda e contribuição social 24
- 11 Ativo imobilizado 25
- 12 Passivo de contratos de resseguros 26
  - 12.1 Composição das provisões 26
  - 12.2 Movimentação das provisões técnicas 26

Confidencial (DC2)

12.3 Garantia das provisões técnicas 26
12.4 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição 27
12.5 Teste de adequação de passivos 27
13 Impostos, encargos e contribuições 27
14 Débitos de operações de resseguros 28
15 Depósito de terceiros 28
16 Principais segmentos de negócios 28
17 Patrimônio líquido 28
17.1 Capital social 28
17.2 Reservas 29
17.3 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio 29
17.4 Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência 29
18 Detalhamento de contas da demonstração do resultado 30
18.1 Prêmios ganhos 30
18.2 Sinistros ocorridos 30
18.3 Resultado com retrocessão 30
18.4 Despesas administrativas 31
18.5 Despesa com tributos 31
18.6 Resultado financeiro 31
19 Partes relacionadas 31
19.1 Transações e saldos 31
19.2 Remuneração do pessoal-chave da diretoria 32
20 Base de transição para o novo BR GAAP 32
20.1 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Resseguradora 32
20.2 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Resseguradora 33

Confidencial (DC2)

XL Resseguros Brasil S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	Semestre findo em 30 de junho de 2011	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010
Circulante	371.370	310.322
Disponível	8.587	3.819
Caixa e bancos (Nota 6)	8.587	3.819
Aplicações (Nota 8)	178.784	162.775
Créditos das operações com seguros e resseguros	109.788	87.059
Prêmios a receber (Nota 9.1)	93.797	77.353
Operações com resseguradoras (Nota 9.2)	15.991	9.706
Ativos de resseguro - provisões técnicas	73.501	55.967
Títulos e créditos a receber (Nota 9.3)	684	577
Títulos e créditos a receber	52	34
Créditos tributários e previdenciários	434	386
Outros créditos	198	157
Despesas antecipadas	26	125
Ativo não circulante	1.055	1.249
Imobilizado (Nota 11)	1.055	1.249
Bens móveis	873	1.021
Outras imobilizações	182	228
Total do ativo	372.425	311.571

Passivo e patrimônio líquido	Semestre findo em 30 de junho de 2011	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010
Circulante	259.443	201.613
Contas a pagar	6.523	4.984
Obrigações a pagar	301	1.613
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 13)	3.362	2.554
Encargos trabalhistas	490	454
Impostos e contribuições (Nota 13)	2.160	351
Outras contas a pagar	210	12
Débitos de operações com seguros e resseguros (Nota 14)	62.534	50.092
Operações com resseguradoras	62.534	50.092
Depósitos de terceiros (Nota 15)	25.040	7.148
Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 12)	165.346	139.389
Passivo não circulante		180
Outros débitos		180
Provisões judiciais		180
Patrimônio líquido	112.982	109.778
Capital social (Nota 17.1)	106.000	106.000
Reservas de lucros	3.778	3.778
Lucros acumulados	3.204	
Total do passivo e patrimônio líquido	372.425	311.571

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confidencial (DC2)

XL Resseguros Brasil S.A.

Demonstração do resultado
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais, exceto lucro por ações

	2011	2010
Prêmios emitidos líquidos	47213	67.879
Variações das provisões técnicas	5.319	(18.597)
Prêmios ganhos (Nota 18.1)	52.532	49.282
Sinistros ocorridos (Nota 18.2)	(26.286)	(16.658)
Outras receitas e despesas operacionais	265	171
Resultado com retrocessão (Nota 18.3)	(20.972)	(28.980)
Despesas administrativas (Nota 18.4)	(6.299)	(5.717)
Despesas com tributos (Nota 18.5)	(2.671)	(2.537)
Resultado financeiro (Nota 18.6)	8.761	5.434
Receitas financeiras	8.978	5.567
Despesas financeiras	(217)	(133)
(=) Resultado operacional	5.330	995
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(10)	(9)
(=) Resultado antes dos impostos e participações	5.320	986
Imposto de renda (Nota 10)	(1.318)	(272)
Contribuição social (Nota 10)	(798)	(170)
Lucro líquido do semestre	3.204	544
Ajustes de TVM		
Resultado abrangente	3.204	544
Quantidade de ações	106.000.100	106.000.100
Lucro líquido por lote de mil ações - R$	30,23	5,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confidencial (DC2)

XL Resseguros Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	2011	2010
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de resseguro	38.550	32.911
Recuperações de sinistros e comissões	844	
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	211	233
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(8.046)	(1.922)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(9.755)	(8.932)
Pagamentos de despesas e obrigações	(4.675)	(5.813)
Pagamentos de participações nos resultados	(341)	(627)
Caixa gerado pelas operações	16.789	15.850
Impostos e contribuições pagos	(3.742)	(695)
Investimentos financeiros		
Aplicações	(9.497)	(16.612)
Vendas e resgates	2.500	
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	6.050	(1.457)
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente	(9)	
Recebimento pela venda de ativo permanente	2	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(7)	
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.275)	
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(1.275)	
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	4.768	(1.457)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3.819	8.544
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	8.587	7.087
Aumento (diminuição) nas aplicações financeiras - recursos livres		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confidencial (DC2)

XL Resseguros Brasil S.A.

Conciliação do lucro líquido do período com fluxo de caixa das atividades operacionais em 30 de junho
Em milhares de reais

	2011	2010
Lucro líquido do semestre	3.204	544
Variação das aplicações financeiras	(16.009)	(21.796)
Variação dos créditos de operações com seguros e resseguros	(22.729)	(40.640)
Variação de ativos de resseguro - provisões técnicas	(17.534)	(22.465)
Variação de títulos e créditos a receber	(107)	(33)
Variação de despesas antecipadas	99	12
Variação dos créditos tributários e previdenciários - prejuízo fiscal		136
Variação do ativo imobilizado	194	200
Variação de contas a pagar	2.821	1.235
Variação dos débitos de operações com seguros e resseguros	12.442	24.254
Variação de depósitos de terceiros	17.892	8.015
Variação das provisões técnicas - resseguradoras	25.957	49.081
Variação de outros débitos - provisões judiciais	(180)	
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	6.050	(1.457)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confidencial (DC2)

XL Resseguros Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2009	106.000		(1.460)	104.540
Lucro líquido do exercício			6.738	6.738
Destinação do lucro líquido				
Constituição de reserva legal		264	(264)	
Constituição de reserva estatutária		3.514	(3.514)	
Juros sobre o capital próprio			(1.500)	(1.500)
Em 31 de dezembro de 2010	106.000	3.778		109.778
Lucro líquido do semestre			3.204	3.204
Em 30 de junho de 2011	106.000	3.778	3.204	112.982

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confidencial (DC2)

1 Contexto operacional

A XL Resseguros Brasil S.A. ("Resseguradora" ou "XL Re Brasil"), constituída em 8 de agosto de 2008, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada da XL Re Participações Ltda., e faz parte do Grupo XL Capital, companhia de capital aberto na Bolsa de Nova Iorque.

A Resseguradora oferece no mercado segurador brasileiro coberturas de resseguros para as carteiras de Responsabilidades, Patrimonial, Riscos de Engenharia, Riscos Financeiros, Garantia, Transportes e Pessoas (Vida Coletivo e Acidentes Pessoais) nas modalidades de Cota Parte, Excedente de Responsabilidade e Excesso de Danos por risco e por evento. Nossos canais de distribuição compreendem a intermediação de Corretores de Resseguros bem como de forma direta com as Seguradoras.

A Resseguradora procura gerenciar seus riscos de acordo com as melhores práticas de Governança Corporativa, não só do Brasil como também aproveitando a experiência do grupo em várias partes do mercado mundial.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 22 de agosto de 2011.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do semestre. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da administração na determinação e no registro de estimativas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Uma vez que a Resseguradora não possui títulos classificados como disponíveis para venda ou outro valor ajustado ao patrimônio líquido, o resultado abrangente é o mesmo do lucro líquido do semestre.

2.1.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis adotadas pela Resseguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) quando aprovados pelo órgão regulador e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Resseguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, pela Circular SUSEP nº 424/11.

Confidencial (DC2)

2.1.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Resseguradora atua ("a moeda funcional"). Sendo assim, as demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Resseguradora.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário disponível em caixa, saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros de curto prazo, sem vencimento ou com vencimentos originais inferiores a 3 (três) meses a contar da data de contratação ou aquisição, com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado, e que não afetem a vinculação como ativos garantidores.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Ativos financeiros - classificação e mensuração

A Resseguradora classifica seus ativos financeiros sob as categorias de mensurado ao valor justo por meio do resultado e empréstimo e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A Resseguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes independente da data de vencimento. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Receitas de ativos financeiros" no período em que ocorrem.

2.3.1.2 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Resseguradora compreendem prêmios a receber de cedentes e demais contas a receber. Os recebíveis originados de contratos de resseguros, como os saldos de prêmios a receber de cedentes, são reconhecidos pela Resseguradora pelo custo amortizado e ajustado ao seu valor recuperável quando aplicável. A redução ao valor recuperável é calculada pela administração da resseguradora para cobrir perdas esperadas na realização dos créditos, de acordo com a Circular SUSEP nº 424/11.

2.3.1.3 Determinação de valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Resseguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

Confidencial (DC2)

2.4 Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

2.4.1 Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber)

A Resseguradora avalia anualmente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (ou grupo de ativos) esteja deteriorado ou *impaired*.

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado *(impaired)*, a Resseguradora somente registra a perda no resultado se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Resseguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- base histórica de perdas e inadimplência;
- dificuldade financeira significativa pelo cliente/cedente;
- quebra de contratos como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- possibilidade de o devedor entrar em concordata ou falência, por eventual crise econômica que possa impactar o seu segmento de negócio;
- informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de *impairment*), embora essa redução não possa ser atribuída individualmente para os ativos individualmente não significativos.

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nessa categoria a Resseguradora utiliza a metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Se a Resseguradora considerar que não existe evidência de que um ativo individualmente significativo esteja deteriorado, a Resseguradora inclui esse ativo em um grupo de ativos de risco de crédito com características similares e considera esse ativo juntamente com os demais ativos financeiros que serão testados em uma base agrupada.

2.4.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A Resseguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo classificado como para negociação está individualmente deteriorado. A Resseguradora avalia se há um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado do ativo. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por *impairment* registradas previamente) é reconhecida imediatamente no resultado.

2.4.3 Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que não apresentam vida útil definida, não são amortizados e são testados por *impairment* anualmente. Ativos sujeitos à depreciação são avaliados por *impairment* quando ocorrem

Confidencial (DC2)

eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado quando o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo.

2.5 Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compensar ativos e passivos com a contraparte e quando a Resseguradora apresenta a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente.

2.6 Avaliação de ativos de contratos de resseguro

Os ativos de resseguro cedidos são representados por valores a receber de seguradoras a curto prazo. Os ativos de resseguro cedidos são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de resseguro cedidos e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a seguradoras/resseguradoras são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Resseguradora acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro cedido regularmente e, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Resseguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

2.7 Custo de aquisição diferidos de contratos

A Resseguradora registra como custo de aquisição diferidos de contratos somente valores referente a comissões de corretagem. As comissões são diferidas através de premissas que utiliza o prazo médio de vigência dos contratos.

2.8 Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Máquinas	5
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 - 10
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5

Confidencial (DC2)

O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

2.9 Classificação de contratos de seguro/resseguro

A Resseguradora emite diversos tipos de contratos de resseguros que transferem risco. A Resseguradora classifica os contratos emitidos como contratos de resseguro quando os contratos transferem risco significativo. Como guia geral, a Resseguradora define risco significativo de resseguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos cedentes na ocorrência de um evento de resseguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado e ressegurado não ocorram.

2.10 Avaliação de passivos originados de contratos de resseguro

2.10.1 Passivos de contratos de resseguro

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP, conforme Resolução CNSP nº 171/2007.

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)**

  É constituída pela parcela dos prêmios correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos. Esta provisão é calculada em base *pra rata die* para o período de cobertura do risco a decorrer, não incluindo a PPNG para os Riscos Vigentes Mas não Emitidos (PPNG-RVNE).

- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**

  É constituída pela estimativa do valor a indenizar com base nos avisos de sinistros recebidos das sociedades seguradoras e ajustada periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais.

- **Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)**

  Constituída por segmento de negócio com base em premissas atuariais para a sinistralidade esperada. A sinistralidade inicial por segmento foi estimada com base no mercado de resseguro e em premissas de precificação.

- **Outras provisões - provisão de excedente técnico**

  É constituída para garantir a destinação de excedentes decorrentes de superávit técnico e é calculada de acordo com os critérios estabelecidos em cláusula específica nos contratos de resseguro que tenham previsão para participação da cedente nos lucros dos contratos.

Confidencial (DC2)

2.10.2 Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11 em cada data de balanço a Resseguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguros e as despesas de aquisição diferidas. Para esse teste, a Resseguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes para o teste. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados de acordo com os grupos de ramos definidos pela Circular SUSEP nº 395/09 e, consequentemente, como os respectivos riscos de resseguro são gerenciado em conjunto pela administração. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco.

Caso seja identificada qualquer deficiência no teste em referência, a Resseguradora registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período.

Como conclusão dos testes realizados não foi encontrada insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para os exercícios apresentados.

2.11 Passivos financeiros

São inicialmente reconhecidos ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente é reconhecido segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para este cálculo, em casos onde os passivos financeiros não possuem uma taxa de juros predeterminada (ou explícita no contrato), a Resseguradora utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência que seria cobrada, hipoteticamente, por uma instituição bancária no mercado, para financiamento ou compra de um ativo similar considerando, inclusive, o risco de crédito da Resseguradora para este propósito.

2.12 Benefícios a empregados

A Resseguradora implementou um plano de previdência complementar para todos os funcionários e dirigentes. O plano escolhido foi um Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e os participantes contribuem com taxas variáveis conforme faixas salariais. A Resseguradora participa com o mesmo montante contribuído pelos funcionários.

2.13 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Resseguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Resseguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. A Resseguradora constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Resseguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Confidencial (DC2)

2.14 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. A Resseguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor. A administração, com base em suas projeções futuras de resultados tributários e entre outros fatores estima a capacidade de realização A redução ao valor recuperável de prêmios a receber possui sua realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº 9.430/96, após esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável.

2.15 Apuração do resultado

2.15.1 Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de resseguro

Os prêmios de resseguros são reconhecidos a partir da sua aceitação e correspondente emissão dos contratos, com base nos volumes de prêmios auferidos pelas cedentes.

A apropriação dos prêmios de resseguros, prêmios cedidos em retrocessão e comissões ao resultado é de acordo com o prazo de vigência dos contratos de resseguro, ao longo do período de risco.

2.15.2 Comissões

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

As despesas de comercialização são registradas quando da emissão dos contratos e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de resseguro relacionado.

2.15.3 Sinistros

Os sinistros são refletidos no resultado a partir do momento em que a Resseguradora é informada pelas cedentes por meio das prestações de contas. O valor a ser registrado de sinistro pela Resseguradora será conforme sua participação descrita em contrato.

Confidencial (DC2)

3 Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e dos atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

3.2 Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos conforme requerido pelo CPC. A Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de cedentes. Neste julgamento está incluído o acesso do tipo de contrato, indústria, segmento, localização geográfica do devedor, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para *impairment* sobre ativos financeiros.

4 Gestão de riscos originados de instrumentos financeiros e contratos de resseguros

4.1 Gestão de risco de resseguro

A Resseguradora oferece no mercado segurador brasileiro, coberturas de resseguros para as carteiras de Responsabilidades, Patrimonial, Riscos de Engenharia, Riscos Financeiros, Garantia, Transportes e Pessoas (Vida Coletivo e Acidentes Pessoais) nas modalidades de Cota Parte, Excedente de Responsabilidade e Excesso de Danos por Risco e por Evento. Nossos canais de distribuição compreendem a intermediação de Corretores de Resseguros bem como de forma direta com as Seguradoras.

Os contratos de resseguros proporcionais (Cota Parte e Excedente de Responsabilidades) compreendem a aceitação de uma porção proporcional dos riscos relacionados às apólices emitidas pelas cedentes.

Os contratos de resseguros não proporcionais (Excesso de Danos por Risco e por Evento) compreendem a aceitação da porção do risco acima de uma prioridade previamente acordada.

Confidencial (DC2)

As coberturas de Excesso de danos por evento (catástrofe) geralmente são do tipo *all risk*. Portanto, a Resseguradora está exposta a eventos que impactem dois ou mais riscos ao mesmo tempo. Geralmente essas coberturas são mais afetadas por catástrofes naturais ou catástrofes provocadas pelo homem.

4.1.1 Subscrição

O departamento de Subscrição analisa uma série de fatores, incluindo, mas não limitado a: o tipo de risco a ser assumido, o ramo, a avaliação atuarial da adequação do prêmio, a subscrição técnica da cedente e os resultados técnicos da mesma, a condição financeira da cedente, a reputação do departamento de sinistros da cedente e a exposição que o contrato agrega a carteira da companhia. Outros fatores avaliados pela Resseguradora incluem a reputação da cedente proposto, a área geográfica em que a cedente faz negócios, a participação de mercado da cedente, uma avaliação detalhada de exposições catastróficas, uma avaliação dos sinistros históricos da cedente, e se for possível, um comparativo da sinistralidade da cedente e a sinistralidade do mercado. É uma praxe desta resseguradora manter estreito contato com as áreas de sinistro e subscrição das cedentes para acompanhamento das políticas descritas.

No caso de coberturas de Excesso de Danos por Evento (catástrofe), a política de subscrição da Resseguradora limita a exposição que poderá aceitar por cedente bem como a exposição por zonas de alto risco. A Resseguradora define as zonas geográficas de alto risco de forma que uma única ocorrência, por exemplo, uma inundação ou um vendaval, não afete mais de uma zona. A definição da Resseguradora para zonas de alto risco, está sujeita a revisões periódicas. A Resseguradora também geralmente procura participar nas faixas dos programas onde a probabilidade de ser atingida sejam menores, efetivamente evitando os sinistros de maior frequência. A Resseguradora faz todos os esforços para limitar a sua exposição total no nos contratos proporcionais, por meio do uso de limites de cessão e evento, sempre que possível.

De acordo com as práticas de mercado, as políticas da Resseguradora geralmente excluem certos riscos, como guerra, a contaminação nuclear e radiação.

Adicionalmente, a empresa procura proteger sua exposição total, por meio da compra de coberturas de resseguro.

4.1.2 Resseguro cedido

A Resseguradora utiliza a compra de resseguro de terceiros para suportar suas operações de subscrição e para gerenciar sua retenção por risco e por evento ante uma ocorrência. A cobertura de resseguro é comprada de acordo com o tipo de riscos assumido. Os benefícios de ceder a outros resseguradores incluem a redução da exposição, a proteção contra riscos catastróficos, a proteção contra a perda de capital inesperado e permite a subscrição de negócios adicionais. Contratos de resseguros não eximem, legalmente, a Resseguradora de suas obrigações em relação ao risco de ser ressegurado. Portanto, a Resseguradora avalia cuidadosamente as condições financeiras e reputação de pagamento de sinistros de seus parceiros.

4.1.3 Principais concorrentes

As principais concorrentes locais da Resseguradora são o IRB, Austral, Munich Re e Mapfre Re. Além disso, a Resseguradora tem outros concorrentes que não são cadastrados no mercado brasileiro como empresas locais, como Swiss Re, Alterra, Everest Re, Hannover Re dentre outros.

Confidencial (DC2)

4.1.4 Administração de sinistros

Gestão de sinistros inclui o recebimento de notificações de perda e a revisão e aprovação do pagamento do sinistro através de um processo formal de aprovação. Provisão para sinistros reportados são geralmente estabelecidas pela cedente. No obstante, a Resseguradora faz sua análise própria e adequa a provisão se for considerado necessário. Quando aplicável, a Resseguradora executa auditorias dos sinistros para nos certificar que a cedente esta cumprindo com as políticas descritas por ela e que o valor do sinistro está adequado.

4.1.5 Teste de sensibilidade nas atividades operacionais

(a) Cenário 01 - aumento de 10% nos sinistros líquidos de resseguro

Segmento	Sinistros líquidos	Impacto no resultado (*) - %	Impacto no PL - %
Patrimonial	(1.464)	(27,46)	(1,30)
Riscos especiais	(209)	(3,93)	(0,19)
Responsabilidades	(2)	(0,04)	0,00)
Cascos	(26)	(0,48)	(0,02)
Automóveis	(9)	(0,17)	(0,01)
Transportes	(232)	(4,35)	(0,21)
Riscos financeiros	(14)	(0,26)	(0,01)
Rural	(43)	(0,81)	(0,04)
Outros	(22)	(0,41)	(0,02)
	(2.021)		

(*) Resultado antes dos impostos e participações.

(b) Cenário 02 - redução de 10% nos prêmios ganhos

Segmento	Prêmio ganho	Impacto no resultado (*) - %	Impacto no PL - %
Riscos especiais	(3.312)	(62,14)	(2,93)
Responsabilidades	(4)	(0,08)	0,00)
Cascos	(646)	(12,12)	(0,57)
Automóveis	(122)	(2,29)	(0,11)
Transportes	(55)	(1,03)	(0,05)
Riscos financeiros	(499)	(9,35)	(0,44)
Rural	(445)	(8,34)	(0,39)
Outros	(185)	(3,47)	(0,16)
	(5.268)		

(*) Resultado antes dos impostos e participações.

Confidencial (DC2)

4.1.6 Concentração de risco por segmento de negócio

	Prêmios ganhos			
	2011	Percentual	2010	Percentual
Patrimonial	33.122	63	38.749	79
Responsabilidades	6.463	12	5.180	11
Cascos	1.219	2	1.128	2
Transportes	4.986	9	2.395	5
Riscos financeiros	4.448	8	3.226	7
Rural	1.848	4	590	1
Demais grupos	446	1	(1.986)	(4)
	52.532	100	49.282	100

4.2 Gestão de riscos financeiros

4.2.1 Risco de mercado

4.2.1.1 Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Resseguradora incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que diminuam as receitas financeiras relativas a aplicações financeiras. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, muito embora adote um posição altamente conservadora, pois a carteira de investimentos está composta em 80% em fundos de investimentos com rendimentos atrelados a variação da taxa SELIC, 15% em títulos públicos prefixados e o restante em títulos públicos indexados ao IPCA. Uma variação de 3 pontos na taxa SELIC impactaria em 40% o lucro antes do impostos no semestre.

4.2.2 Risco de crédito

É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de resseguro e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, pode ser entendido ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas.

A Resseguradora restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições conceituadas no mercado financeiro e restringindo suas opções de aplicação em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos exclusivos, os quais são 100% compostos por títulos públicos federais.

Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pelo HSBC Brasil S.A., empresa gestora dos investimentos e pela área Financeira da Resseguradora. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada pela administração da Resseguradora.

Confidencial (DC2)

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Resseguradora distribuídos por *rating* de crédito. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais.

	2011		2010	
Composição da carteira por classe e categoria contábil	**BBB-**	**Sem *rating***	**BBB-**	**Sem *rating***
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	8.587		3.819	
Ao valor justo por meio do resultado				
Títulos públicos	36.022		28.432	
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	142.762		134.343	
Empréstimos e recebíveis				
Prêmios a receber		93.797		77.353
Créditos das operações com resseguro		15.991		9.706
Títulos e créditos a receber		684		577
	187.371	110.472	166.594	87.636

4.2.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. São elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco. Todos os passivos financeiros da Resseguradora tem prazo de vencimento menor que um ano.

5 Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), no caso de títulos públicos. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da cota na data de encerramento do balanço, informado pelos administradores dos fundos.

O CPC 40 requer divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2 - classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.
- Nível 3 - ativo que não seja com base em dados observáveis do mercado e a sociedade utiliza premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

Confidencial (DC2)

	2011			2010		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo por meio do resultado						
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	28.807		28.807	23.403		23.403
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	7.215		7.215	5.029		5.029
Cotas de fundos de investimentos exclusivos		142.762	142.762		134.343	134.343
	36.022	142.762	178.784	28.432	134.343	162.775

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	8.587	3.819
	8.587	3.819

7 Instrumentos financeiros por categoria

	2011			
	Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado	Percentual	Empréstimos e recebíveis	Percentual
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	178.784	100		
Prêmios a receber			93.797	85,2
Créditos das operações com resseguros			15.991	14,5
Títulos e créditos a receber (exceto créditos tributários e previdenciários)			250	0,3
	178.784	100	110.038	100
Passivos financeiros				
Contas a pagar	6.523	6,9		
Débitos com operações com resseguros	62.534	66.5		
Débitos de terceiros	25.040	26,6		
	94.097	100		

Confidencial (DC2)

	2010			
	Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado	**Percentual**	**Empréstimos e recebíveis**	**Percentual**
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	162.775	100		
Prêmios a receber			77.353	88,7
Créditos das operações com resseguros			9.706	11,1
Títulos e créditos a receber (exceto créditos tributários e previdenciários)			191	0,2
	162.775	100	87.250	100
Passivos financeiros				
Contas a pagar	4.984	8,0		
Débitos com operações com resseguros	50.092	80,5		
Débitos de terceiros	7.148	11,5		
	62.224	100		

8 Aplicações

8.1 Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2011	**Percentual**	**2010**	**Percentual**
Ao valor justo por meio do resultado				
Títulos de renda fixa - Letras do Tesouro Nacional	28.807	16,1	23.403	14,4
Títulos de renda fixa - Notas do Tesouro Nacional	7.215	4,0	5.029	3,1
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos exclusivos	142.762	79,9	134.343	82,5
	178.784	100	162.775	100

Confidencial (DC2)

8.2 Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Títulos	Um a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de referência	Ajuste de avaliação a mercado
2011							
Ao valor justo por meio do resultado							
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	7.362			21.445	28.807	26.211	2.596
Notas do Tesouro Nacional (NTN)				7.215	7.215	7.000	215
Fundos de investimento exclusivos	142.762				142.762	142.762	
	150.124			28.660	178.784	175.973	2.811
2010							
Ao valor justo por meio do resultado							
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.459		6.975	11.969	23.403	21.756	1.647
Notas do Tesouro Nacional (NTN)				5.029	5.029	4.999	30
Fundos de investimento exclusivos	134.343				134.343	134.343	
	138.802		6.975	16.998	162.775	161.098	1.677

A Resseguradora não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

Confidencial (DC2)

8.3 Taxa de juros contratadas

			2011
Tipo de papel	**Data de aquisição**	**Data de vencimento**	**Taxa de juros - %**
LTN	24 de novembro de 2009	1º de julho de 2011	11,10
LTN	4 de janeiro de 2010	1º de julho de 2011	11,32
LTN	24 de março de 2010	1º de julho de 2012	11,94
LTN	17 de junho de 2010	1º de julho de 2012	12,42
LTN	15 de setembro de 2010	1º de julho de 2012	11,60
LTN	13 de outubro de 2010	1º de julho de 2012	11,72
LTN	22 de outubro de 2010	1º de julho de 2012	11,76
LTN	4 de janeiro de 2011	1º de janeiro de 2013	12,23
LTN	23 de março de 2011	1º de abril de 2013	12,90
NTN-B	8 de dezembro de 2010	15 de maio de 2013	6,25 + IPCA
NTN-B	28 de dezembro de 2010	15 de maio de 2013	6,28 + IPCA
NTN-B	19 de abril de 2011	15 de agosto de 2014	6,50 + IPCA
Cotas de fundos de investimentos exclusivos			SELIC

			2011
Tipo de papel	**Data de aquisição**	**Data de vencimento**	**Taxa de juros - %**
LTN	17 de setembro de 2009	1º de janeiro de 2011	9,88
LTN	24 de novembro de 2009	1º de julho de 2011	11,10
LTN	4 de janeiro de 2010	1º de julho de 2011	11,32
LTN	8 de janeiro de 2010	1º de julho de 2011	10,27
LTN	24 de março de 2010	1º de julho de 2012	11,94
LTN	17 de junho de 2010	1º de julho de 2012	12,42
LTN	15 de setembro de 2010	1º de julho de 2012	11,60
LTN	13 de outubro de 2010	1º de julho de 2012	11,72
LTN	22 de outubro de 2010	1º de julho de 2012	11,76
NTN-B	8 de dezembro de 2010	15 de maio de 2013	6,25 + IPCA
NTN-B	28 de dezembro de 2010	15 de maio de 2013	6,27 + IPCA
Cotas de fundos de investimentos exclusivos			SELIC

8.4 Movimentação

Descrição	**Cotas de fundos de investimentos exclusivos**	**NTN-B**	**LTN**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2009	108.881		7.699	116.580
Aplicação	14.921	4.999	14.113	34.033
Resgates	(500)			(500)
Rendimentos/ajuste ao valor de mercado	11.041	30	1.591	12.662
Saldo em 31 de dezembro de 2010	134.343	5.029	23.403	162.775
Aplicação	3.500	2.002	3.995	9.497
Resgates	(2.500)			(2.500)
Rendimentos/ajuste ao valor de mercado	(7.419)	184	1.409	9.012
Saldo em 30 de junho de 2011	142.762	7.215	28.807	178.784

Confidencial (DC2)

9 Empréstimos e recebíveis

9.1 Prêmios a receber

Prêmios a receber por vencimento:

	2011	2010
Prêmios a vencer		
De 0 a 30 dias	93.797	77.353
	93.797	77.353

A Resseguradora não contabilizou a "Redução ao valor recuperável de prêmios a receber" devido não ter prêmios vencidos e histórico de inadimplência relevante.

9.2 Créditos das operações com seguros e resseguros

	2011	2010
Sinistros pagos a recuperar	15.991	9.706
	15.991	9.706

9.3 Títulos e créditos a receber

	2011	2010
IRPJ a compensar	294	294
CSLL a compensar	92	92
Antecipação de IRPJ e CSLL	48	
Adiantamento de 13º	82	
Adiantamento de viagens	116	80
Outros	52	111
	684	577

10 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes dos impostos e participações	5.320	986	5.320	986
Adições/exclusões		149		149
Compensação de prejuízo fiscal		(340)		(340)
Base de cálculo	5.320	795	5.320	795

Confidencial (DC2)

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2011	2010	2011	2010
Provisão para impostos de renda e contribuição social				
Alíquota básica 15% para IRPJ e CSLL	(798)	(119)	(798)	(119)
Adicional de 10% para IRPJ (acima de R$ 240/ano)	(520)	(67)		
Constituição/reversão de créditos tributários diferidos		(86)		(51)
	(1.318)	(272)	(798)	(170)

11 Ativo imobilizado

		2011			
	Saldo residual em 31 de dezembro de 2010	Aquisições	Baixas	Depreciação	Total
Informática	495	9	(3)	(74)	427
Móveis, máquinas e utensílios	335		(22)	(22)	291
Veículos	191			(36)	155
Obras de arte	9				9
Benfeitorias em imóveis de terceiros	219			(46)	173
	1.249	9	(25)	(178)	1.055

		2010			
	Saldo residual em 31 de dezembro de 2009	Aquisições	Baixas	Depreciação	Total
Informática	581	68		(154)	495
Móveis, máquinas e utensílios	401		(15)	(51)	335
Veículos	263			(72)	191
Obras de arte	9				9
Benfeitorias em imóveis de terceiros	318			(99)	219
	1.572	68	(15)	(376)	1.249

Confidencial (DC2)

12 Passivo de contratos de resseguros

12.1 Composição das provisões

	2011		2010	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisões técnicas de contratos de resseguros				
Provisão de prêmios não ganhos	80.352	43.213	80.386	49.128
Provisão de sinistros a liquidar	36.007	20.206	20.330	11.718
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	47.894	27.333	38.175	22.078
Outras provisões				
Excedente técnico	1.093	1.093	498	498
	165.346	91.845	139.389	83.422

12.2 Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2009	57.908	11.862	12.909
(+) Sinistros avisados		29.666	
(-) Pagamento de sinistros		(21.198)	
(+/-) Outras (constituição/reversão)	22.478		25.266
Saldo em 31 de dezembro de 2010	80.386	20.330	38.175

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	80.386	20.330	38.175
(+) Sinistros avisados		31.101	
(-) Pagamento de sinistros		(15.424)	
(+/-) Outras (constituição/reversão)	(34)		9.719
Saldo em 31 de dezembro de 2011	80.352	36.007	47.894

12.3 Garantia das provisões técnicas

	2011	2010
Provisões técnicas	165.346	139.389
(-) Ativos de resseguro	73.501	55.967
Montante a ser garantido	91.845	83.422
Títulos de renda fixa - públicos	36.022	28.432
Cotas de fundos de investimentos	142.762	134.343
Garantia das provisões técnicas	178.784	162.775

Confidencial (DC2)

12.4 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

	2009	2010	2011
Provisão para sinistros no fim do semestre/exercício anterior		11.862	20.330
Sinistros avisados	13.705	29.666	31.101
Pagamentos	(1.843)	(21.198)	(15.424)
Provisão para sinistros no fim do semestre/exercício	11.862	20.330	36.007

12.5 Teste de adequação de passivos

O CPC 11 requer que as entidades que emitem contratos classificados como contratos de resseguros analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais atuais para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro (ou resseguro). O teste de adequação dos passivos realizado para XL Resseguros Brasil S.A. considerou todos os fluxos de caixa futuros esperados para as obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 30 de junho de 2011, brutos de retrocessão, e as premissas foram definidas com bases realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Premissas de despesas administrativas e operacionais e despesas relacionadas à liquidação de sinistros têm como base as observações históricas da própria Resseguradora. Devido à ausência de massa histórica de sinistros na Resseguradora suficiente para se ter credibilidade estatística, as premissas de sinistralidade e de velocidade de pagamentos de sinistros foram estabelecidas com base na experiência do grupo, ajustados pela sensibilidade da Resseguradora de forma a refletir possíveis diferenças nas características locais. Para obter a melhor estimativa de sinistros a ocorrer, optou-se por utilizar um percentual de sinistralidade esperada pela administração, com base em suas projeções. Em 30 de junho de 2011, não houve deficiências a serem contabilizadas.

13 Impostos, encargos e contribuições

	2011	2010
Imposto sobre cessão	2.936	2.135
Contribuições ao INSS e FGTS	274	115
Imposto de renda retido na fonte	152	304
Outros impostos		
	3.362	2.554
Imposto de renda e contribuição social	2.128	
PIS e COFINS	28	348
Outros	4	3
	2.160	351
	5.522	2.905

Confidencial (DC2)

14 Débitos de operações de resseguros

	2011	2010
Resseguro cedido	72.699	55.743
Sinistros	(10.165)	(5.651)
	62.534	50.092

15 Depósito de terceiros

	2011	2010
Prêmios e emolumentos recebidos	25.040	7.148
	25.040	7.148
Aging list		
Até 60 dias	25.040	7.148
	25.040	7.148

16 Principais segmentos de negócios

	Prêmios ganhos		Sinistralidade - %	
	2011	2010	2011	2010
Patrimonial	33,122	38,749	47	14
Responsabilidades	6,463	5,180	7	12
Cascos	1,219	1,128	16	60
Transportes	4,986	2,395	54	19
Riscos financeiros	4,448	3,226	39	69
Rural	1,848	590	55	53
Demais grupos	446	(1,986)	79	(115)
	52,532	49,282		

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 30 de junho de 2011, o capital social subscrito e integralizado está dividido em 106.000.100 (106.000.100 em 31 de dezembro de 2010) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

Confidencial (DC2)

17.2 Reservas

17.2.1 Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social.

17.2.2 Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída com o saldo remanescente de lucro líquido ajustado, deduzido da distribuição de dividendos e juros de capital próprio, com a finalidade de reinvestimento futuro na operação da Resseguradora através de incorporação ao capital e/ou distribuição aos acionistas.

17.2.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais e é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido de cada exercício, ajustados nos termos da legislação societária brasileira. Em 23 de dezembro de 2010, os acionistas deliberaram o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 1.500 (R$ 14,15 por lote de mil ações). Os juros sobre o capital próprio a pagar foram registrados em "Obrigações a pagar", líquido de imposto de renda, no passivo circulante e liquidados em janeiro de 2011. Em atendimento à legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio foram registrados contabilmente como despesas financeiras e, para efeitos de apresentação, esse valor foi demonstrado como apropriação de lucros acumulados.

17.3 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Resseguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio limita-se à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável e ao que for maior entre: (a) 50% do lucro líquido da Resseguradora (depois da dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda); e (b) 50% dos lucros acumulados da Resseguradora e das reservas de lucros.

17.4 Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

Descrição	2011	2010
Patrimônio líquido	112.982	109.778
Despesas antecipadas	(26)	(125)
Patrimônio líquido ajustado	112.956	109.653

Confidencial (DC2)

Descrição	2011	2010
20% do prêmio retido anual médio (12 meses)	8.942	14.538
33% do sinistro retido anual médio (36 meses)	7.328	4.928
Margem de solvência (a)	8.942	14.538
Suficiência da margem de solvência	104.014	95.115
Capital base	60.000	60.000
Capital adicional de subscrição	18.532	18.532
Capital mínimo requerido (b)	78.532	78.532
Exigência de capital (maior entre (a) e (b))	78.532	78.532
Suficiência de capital	34.424	31.121

18 Detalhamento de contas da demonstração do resultado

18.1 Prêmios ganhos

	2011	2010
Prêmios emitidos líquidos	47.213	67.879
Variações das provisões técnicas	5.319	(18.597)
	52.532	49.282

18.2 Sinistros ocorridos

	2011	2010
Sinistros	(16.537)	(3.072)
Salvados	(30)	
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(9.719)	(13.586)
	(26.286)	(16.658)

18.3 Resultado com retrocessão

	2011	2010
Prêmios cedidos em retrocessão	(25.436)	(33.694)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	4.464	4.714
	(20.972)	(28.980)

Confidencial (DC2)

18.4 Despesas administrativas

	2011	2010
Pessoal próprio	(4.637)	(3.957)
Serviços de terceiros	(454)	(514)
Localização e funcionamento	(1.036)	(1.105)
Publicidade e propaganda	(10)	(3)
Publicações	(85)	(82)
Donativos e contribuições	(11)	(38)
Despesas administrativas diversas	(66)	(18)
	(6.299)	(5.717)

18.5 Despesa com tributos

	2011	2010
COFINS	(1.049)	(984)
PIS	(170)	(160)
Taxa de fiscalização	(241)	(247)
Tributos sobre retrocessão	(931)	(983)
IPTU	(21)	(42)
Contribuição sindical	(20)	(19)
Outros	(238)	(103)
	(2.671)	(2.537)

18.6 Resultado financeiro

	2011	2010
Receita com aplicações financeiras	8.934	5.181
Receita/despesa com variação cambial	(173)	238
Outras receitas		15
	8.761	5.434

19 Partes relacionadas

19.1 Transações e saldos

	2011	2010
XL Re LA Esc. de Representação no Brasil		
Títulos e créditos a receber	52	34
XL Global Services, Inc - XLGS		
Contas a pagar	(256)	(256)

Confidencial (DC2)

19.2 Remuneração do pessoal-chave da diretoria

	2011	2010
Honorários e encargos da diretoria	1.332	1.927
Planos de aposentadoria e pensão	22	42
	1.354	1.969

20 Base de transição para o novo BR GAAP

As demonstrações financeiras individuais da Resseguradora para o período findo em 30 de junho de 2011 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, incluindo os CPCs aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011. A Resseguradora aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação dessas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2010. A Resseguradora preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo os CPCs nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Resseguradora aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

20.1 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Resseguradora

As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Resseguradora:

- valor justo como custo atribuído - a Resseguradora não aplicou, por determinação da SUSEP, esta isenção e, portanto, não mensurou itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2010;
- ajuste acumulado de conversão - a Resseguradora não possui ajuste acumulado de conversão na data de transição e, portanto, não aplicou esta isenção;
- benefício a empregados - a Resseguradora não possui ganhos e perdas atuariais passados cumulativos em 1º de janeiro de 2010 e, portanto, não aplicou esta isenção;
- o pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e as IFRSs já se encontram alinhadas com relação a essas transações para 2010;
- ativos e passivos de controladas, coligadas e empreendimentos conjuntos, uma vez que estas não são demonstrações financeiras consolidadas;
- instrumentos financeiros compostos porque a Resseguradora não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição;
- passivos decorrentes da desativação incluídos no custo de ativos imobilizados, já que a Resseguradora não tem quaisquer passivos deste tipo;

Confidencial (DC2)

- ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo a IFRIC 12, já que a Resseguradora não tem contratos firmados sob o escopo desta norma.

20.2 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Resseguradora

20.2.1 Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais em 1º de janeiro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- reversão de ativos e passivos financeiros;
- participação de não controladores;
- contabilidade de *hedge*.

* * *

Confidencial (DC2)